

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.846 - SC (2019/0273579-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**  
**ADVOGADOS** : **MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498**  
                  **RODRIGO CAMPOS LOUZEIRO - SC037282**  
                  **THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844**  
**RECORRIDO** : **FABIANO MARTINHO VIEIRA**  
**RECORRIDO** : **SANDRA REGINA DA SILVA VIEIRA**  
**ADVOGADOS** : **VANESSA CRISTINA PASQUALINI - SC013695**  
                  **MAURÍCIO PROBST - SC012779**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão da Sexta Câmara de Direito Civil do TJSC.

Na origem, os ora recorridos ajuizaram demanda visando receber correção monetária sobre a indenização paga administrativamente do seguro DVPAT.

Em primeira instância, os pedidos foram julgados parcialmente procedentes.

A seguradora interpôs apelação.

O Tribunal de origem negou provimento ao apelo, em acórdão que ficou assim ementado (e-STJ fl. 166):

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.  
RECURSO DA SEGURADORA RÉ. CORREÇÃO MONETÁRIA APLICADA SOBRE O VALOR PAGO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. ASSEÇÃO DE QUE O PAGAMENTO DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PREVISTO NO ART. 5, § 1º, DA LEI N. 6.194/74. AFASTA A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE A INDENIZAÇÃO EXTRAJUDICIALMENTE RECEBIDA. TESE RECHAÇADA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE O SINISTRO, AVENTANDO AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. INCOERÊNCIA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 580 DO STJ. AJUSTE MONETÁRIO MANTIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS. VERBA NÃO FIXADA EM FAVOR DA PARTE RECORRIDA NA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO § 11 DO ART. 85 DO CPC/2015.  
RECURSO DESPROVIDO.

Sobreveio o recurso (e-STJ fls. 202/210), fundado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, no qual a seguradora sustenta, em síntese, além divergência jurisprudencial, afronta ao art. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei n. 6.194/1974, argumentando que a parte autora não faria jus à correção monetária dos valores devidos em decorrência do seguro DPVAT.

É o relatório.

Decido.

O TJSC concluiu pela possibilidade de incidir correção monetária e juros de mora na indenização a título de seguro DPVAT mesmo na hipótese de adimplemento por parte

da seguradora dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos (e-STJ fls. 165/174).

A lei n. 6.194/1974, que "dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", prevê nos §§ 1º e 7º, ambos de seu art. 5º, que:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(...)

§ 7º. Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.

(Parágrafos na redação dada pela Lei n. 11.482/2007 – grifei.)

Pela interpretação literal do texto legal, o valor da indenização do DPVAT deve ser pago com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro. Somente na hipótese de a seguradora, decorridos 30 (trinta) dias contados da data de entrega dos documentos, não pagar a respectiva obrigação pecuniária, deverá o valor da indenização sofrer correção monetária.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI n. 4.350/DF em 23/10/2014, que, por sua vez, apreciava a constitucionalidade da Medida Provisória n. 340/2006 – convertida na Lei n. 11.482/2007 –, assentou que, "quanto à ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, impõem-se as seguintes observações: a) a lei prevê, no §7º do seu artigo 5º, correção monetária para o pagamento que não se realize nos trinta dias seguintes à entrega da documentação, e b) não incumbe ao Poder Judiciário impor ao Legislador que introduza, em texto de lei, um índice de correção monetária para as indenizações a serem pagas através do DPVAT".

Ao apreciar o REsp n. 1.483.620/SC (SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/5/2015, DJe 2/6/2015), submetido ao rito do art. 543-C do CPC/1973, o Relator, Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, atento à redação legal e aos termos da ADI n. 4.350/DF, destacou que:

Ocorre, porém, que, no caso da Medida Provisória 340/06, o Supremo Tribunal Federal foi mais longe, rejeitando a alegação de inconstitucionalidade sob o fundamento de que a lei não contém omissão.

É o que se extrai do seguinte trecho do voto do eminente Min. LUIS FUX, relator da ADI 4.350/DF:

Indenização / Valores em Reais / Salário-mínimo O valor da indenização é aferível mediante estudos econômicos e contábeis acolhidos pelo Parlamento, a razão pela qual a observância da capacidade institucional do Judiciário e a deferência ao Legislativo sob o pálio da Separação dos Poderes impõe o

desejável judicial *self-restraint*.

(...)

Ao longo de sua petição inicial (fls. 20), o Requerente da ADI nº 4.627 (PSOL) expõe o seu inconformismo com as normas legais, centrando-o no seguinte argumento:

O Governo Federal deveria concentrar seus esforços e suas políticas públicas não para a concentração de divisas e capitais retiradas dos impostos para a pequena elite financeira do nosso país, e sim estimular a educação no trânsito, aparelhar as Polícias Rodoviárias e recuperar a precária malha viária do nosso país.

A leitura do texto acima colacionado conduz à conclusão de que o tema ventilado deve ser solucionado na arena do Poder Legislativo, tal como, de fato, foi. Incumbe aos representantes eleitos pelo povo a escolha de quais prioridades devem ser atendidas. Ao Supremo Tribunal Federal cabe, dentre outras atribuições, sob pena de se criar uma ditadura da minoria, exercer o controle de constitucionalidade das leis e retirar do ordenamento normas que sejam incompatíveis com a Carta Maior. O Poder Judiciário não deve ultrapassar essa zona de entrincheiramento alicerçado em discursos estritamente principiológicos.

Nesse diapasão, e em particular quanto à ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, impõem-se as seguintes observações: a) a lei prevê, no §7º do seu artigo 5º, correção monetária para o pagamento que não se realize nos trinta dias seguintes à entrega da documentação, e b) não incumbe ao Poder Judiciário impor ao Legislador que introduza, em texto de lei, um índice de correção monetária para as indenizações a serem pagas através do DPVAT.

Desse modo, tendo o Supremo Tribunal Federal afirmado que a lei em questão não é omissa, esse entendimento há de ser seguido por esta Corte, não havendo espaço para a controvérsia estabelecida no plano infraconstitucional.

Por essa razão, concluiu o Ministro SANSEVERINO, "Deverá ser seguida a forma de atualização monetária prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007". Por oportuno, transcrevo a ementa do repetitivo:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART.

543-C DO CPC.

1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.
2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.
3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).
4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.
5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.
6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp n. 1.483.620/SC, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA

SEÇÃO, julgado em 27/5/2015, DJe 2/6/2015.)

Também atenta a tal peculiaridade, a QUARTA TURMA, ao apreciar o AgInt no REsp n. 1.647.978/SP, sob a Relatoria da Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI (julgado em 20/3/2018, DJe 4/4/2018), observou que "a Corte de origem assevera que o ora agravante não demonstrou que o pagamento realizado administrativamente foi realizado fora do prazo de 30 (trinta) dias, tornando inviável analisar, em recurso especial, se o valor devido deve ser corrigido monetariamente. (...) Cumpre destacar que de modo algum houve afronta ao que decidido no Recurso Especial 1.483.620/SC, pois a questão tratada no repetitivo diz respeito às hipóteses de descumprimento do prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento da indenização (art. 5º, § 7º, da Lei 6.194/1974), o que não foi demonstrado no caso concreto". Confira-se a ementa do julgado:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. ANÁLISE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Consta do acórdão recorrido que o segurado não demonstrou que o pagamento administrativo não foi realizado nos 30 (trinta) dias subsequentes à apresentação dos documentos necessários à comprovação do sinistro.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.647.978/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 4/4/2018.)

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE E EM VALOR SUPERIOR AO EFETIVAMENTE DEVIDO. ATUALIZAÇÃO. INVIABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Súmula 580/STJ dispõe que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

2. A correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal, de modo que a mora da seguradora imponha a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo. Na espécie, a indenização foi feita tempestivamente e em quantia superior à efetivamente devida, tornando inviável a atualização monetária.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.338.095/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 5/11/2018 – Grifei.)

Portanto, asseverado pela instância de origem que o pagamento do valor do DPVAT foi realizado dentro do prazo legal (e-STJ fls. 165/174) – conclusão cujo reexame encontra óbice na Súmula n. 7/STJ –, o processo em julgamento não se amolda aos contornos fáticos a que se refere o REsp n. 1.483.620/SC, cuja hipótese de observância obrigatória diz respeito a casos em que o seguro não é pago no trintídio legal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, deve ser afastada submissão do caso aos termos da tese repetitiva contida no REsp n. 1.483.620/SC e na Súmula n. 580/STJ.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para julgar improcedente a pretensão inicial, invertendo-se os ônus de sucumbência.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator